
**A DÉCADA DE 30 NA PARAIBA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES DE
CARMEM COELHO DE MIRANDA FREIRE**

Niédja Ferreira dos Santos
PPGE/UFPB
niedja_fsantos@hotmail.com
Maria Valdenice Resende Soares
PPGE/UFPB
valdenicejp@hotmail.com

Considerações iniciais

O presente texto origina-se de pesquisas em andamento junto ao Mestrado no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal da Paraíba e está vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas “História, Sociedade e Educação no Brasil – (HISTEDBR-GT/PB). Tem como objetivo analisar alguns fatos ocorridos na Paraíba na década de 1930. Trazendo à baila as configurações históricas desse período, tendo em vista as profundas mudanças em âmbito nacional e o entrelaçamento dos acontecimentos ocorridos no contexto paraibano, como por exemplo, a morte do presidente João Pessoa e a subsequente Revolução de 30, contextos que de certa forma, influenciaram, significativamente para algumas mudanças ocorridas socialmente, educacionalmente e politicamente naquela época. Debruçar-nos-emos sobre estes acontecimentos tendo como base as considerações da educadora, historiadora e escritora Carmem Coelho de Miranda Freire frente a acontecimentos que influenciaram na História da Paraíba e do Brasil.

Carmem Coelho de Miranda Freire nasceu em João Pessoa, em 12 de janeiro de 1912, e faleceu a 2 de abril de 2003. Era filha do Dr. José Vieira Coêlho e D^a. Maria Emerentina Gouvêa Coêlho. Era casada com o comerciante Lourival de Miranda Freire, também falecido.

Fez o curso primário e o secundário no Colégio Nossa Senhora das Neves, em João Pessoa, diplomando-se professora em novembro de 1931. Iniciou suas atividades no magistério como professora do Jardim de Infância, criado por ela. Em 1933, foi designada para lecionar no Grupo Escolar “Isabel Maria das Neves”, dedicando-se a esse educandário durante sete anos, deixando-o para assumir a Cadeira de História Geral no Liceu Paraibano, para onde foi nomeada em 1940. Nesse mesmo ano passou a integrar o quadro de professores do Colégio Nossa Senhora de Lourdes e, em 1954,

passou a ser professora catedrática de História do Brasil, no Liceu. Ali, também foi fundadora do Curso Noturno, no qual ensinou durante 10 anos como voluntária. Antes, em 1952, a convite do Inspetor Seccional do Ministério da Educação e Cultura da Paraíba, compôs a banca examinadora que selecionava professores candidatos à Faculdade de Filosofia de João Pessoa. Em 1962, após 28 anos consagrados ao magistério, Carmem Coêlho aposentou-se.

De formação cristã, irmã do bispo D. Carlos Coêlho, tendo como tio-avô o Padre Meira, a professora Carmem dedicou-se também a atividades sócio-religiosas. Fundou o Núcleo Noelista da Paraíba, uma organização cultural e religiosa internacional, sendo a sua primeira presidente; fundou a Instituição das Domésticas de Santa Rita e a Casa de Santa Rita, de aprendizagem profissional de formação cristã, visando a promoção social da empregada doméstica.

Era sócia fundadora do Instituto Paraibano de Genealogia e Heráldica, tendo realizado várias viagens à Europa com o objetivo de aprimorar seus conhecimentos de História e Genealogia.

Em 1934, participou do Congresso Eucarístico Internacional, na Argentina.

Recebeu o título de Cidadã Pessoaense Benemerita, em 4 de maio de 1984 e a Comenda do Mérito Cultural “José Maria dos Santos”, outorgada pelo IHGP.

Publicou os livros: *Notas Genealógicas das Famílias Gouvêa, Meira Henriques, Albuquerque Maranhão e Vieira Coêlho*, 1971; *A Mansão da Praça Bela Vista*, 1972; *História da Paraíba para uso didático* (dois volume reunidos num só), 1979; *Cifrado 110* (peça teatral), *Notas históricas sobre a cidade de Santa Rita*, 1977; *Diná*, 1975; *As Ruas onde morei – 1918-1950*, 1998.

Ingressou no Instituto Histórico e Geográfico Paraibano em 17 de agosto de 1976, apresentando o trabalho sobre a vida e a obra de Leonardo Antunes de Meira Henriques. Foi recepcionada pelo historiador Lauro Pires Xavier.

Escolhemos então, para análise desse trabalho dois, dos já citados, a saber: “História da Paraíba para uso didático”, que aborda a história da Paraíba entre os anos de 1878-1978 e “A Mansão da Praça Bela Vista”, que traz um misto de elementos verídicos sobre a morte de João Pessoa e da Revolução de 30 e ainda no decorrer um romance fictício. O que nos instiga nesta investigação é compreender que representações destes acontecimentos foram articuladas pela autora? Diante os discursos

preponderantes difundidas naquele contexto, existe um deslocamento diferenciado da autora frente a estes? Ou segue na mesma linha deste debate? Quais as possíveis implicações destas representações para a prática educativa da escritora, também educadora?

Aproximarmos-nos destes questionamentos está sendo possível através da abordagem teórico-metodológica da Nova História Cultural, pois possibilita-nos não só pensarmos estes movimentos históricos, políticos e sociais desta época, como fazer uma apreciação de alguns documentos e registros até então não pesquisados que nos servem de base para interpretar esses momentos.

A História na perspectiva da Nova História Cultural

Esse artigo não só coloca em questão acontecimentos históricos de grande visibilidade na sociedade brasileira e paraibana como também retrata a visão micro desses acontecimentos a partir da ótica da educadora Carmem Coelho de Miranda Freire partindo do pressuposto de que a história não é construída apenas com grandes feitos de heróis, como era retratado na história tradicional e sua visão macro, mas, na história cultural que desloca sua atenção para homens comuns, mulheres comuns, preocupando-se com suas práticas culturais e suas experiências de mudança social. (BURKE, 2005).

Na ordem de defesa de um campo de abordagem mais amplo, a Nova História Cultural nasceu como a crítica aos enfoques clássicos e na defesa das aproximações com os enfoques da micro-história, redimensionando sua importância no contexto mais geral da história. Tendo em vista que segundo Burke (1992, p.31), “a expansão do campo do historiador implica o repensar da explicação histórica” é que iremos abordar o contexto da Revolução de 30 na visão micro da educadora Carmem Coelho de Miranda Freire frente a esses acontecimentos. Mas, por que recorrer a história vista de baixo? Porque segundo as considerações de Sharpe, podemos destacar duas importantes funções:

[...] A primeira é servir como um corretivo à história da elite [...] A segunda é que, oferecendo essa abordagem alternativa, a história vista de baixo abre a possibilidade de uma síntese mais rica da compreensão histórica, de uma fusão da história da experiência do cotidiano das pessoas com a temática dos tipos mais tradicionais de história[...] (SHARPE, 1992, p.53-54).

Partindo desse pressuposto é que a história vista de baixo tem sua importância, quando inserida dentro de um contexto, como sua própria nomenclatura pressupõe, que há algo anterior ou acima e que precisa ser abordado e que segundo Sharpe (1992) “não pode ser dissociada das considerações mais amplas da estrutura social e do poder social”.

De acordo com Machado (2006), é com a análise da micro-história que podemos reconstituir o que foi vivido por homens e mulheres de vida comum, em suas diferentes atuações culturais no decorrer da história e com isso ajuda a diminuir as lacunas que são deixadas pela visão macro dos fenômenos sociais.

Um outro fator que precisa ser destacado em relação a perspectiva da Nova História Cultural é a abertura para se buscar uma diversidade de fontes para dar suporte a nossa pesquisa e a importância da conservação destas e que possibilita ao pesquisador o desvelar de momentos históricos e, conforme Sâmara e Tupy (2007), a história se faz com documentos, pois são traços que deixaram os pensamentos e atos dos homens e mulheres do passado.

Levando em consideração as fontes que foram exploradas para essa pesquisa onde uma delas se configura como um texto literário podemos nos apoiar nas considerações de Ferreira (2009) onde ele afirma que:

[...] nas últimas décadas os textos literários passaram a ser vistos pelos historiadores como materiais propícios a múltiplas leituras, especialmente por sua riqueza de significados para o entendimento do universo cultural, dos valores sociais e das experiências subjetivas do homens e mulheres no tempo.

Pode-se entender então que o texto literário mesmo estruturado com ficções em seu enredo pode trazer em suas entrelinhas importantes informações para o entendimento de uma sociedade e de uma cultura da época em que se insere:

Se esse tipo de expressão é capaz de constituir algum conhecimento do mundo e alargar a visão do leitor, é por meio da *transfiguração* da realidade. No entanto, toda ficção está sempre enraizada na sociedade, pois é em determinadas condições de espaço, tempo, cultura e relações sociais que o escritor cria seus mundos de sonhos, utopias ou desejos, explorando ou inventando formas de linguagem. (FERREIRA, 2009, p.67).

É nessa perspectiva que iremos abordar a seguir o contexto do estado da Paraíba na década de 30 tendo como fonte principal a obra literária de Carmem Coelho de Miranda Freire “A Mansão da Praça Bela Vista” e em busca de maiores indícios sobre

como estava imbricada a visão desta escritora, primeiro em um momento literato para a historiadora e conseqüentemente no âmbito de sua prática pedagógica, faremos então a análise com o livro “História da Paraíba para uso didático” da mesma autora, com o intuito de relacioná-los e verificar se no romance fictício com fragmentos verídicos da história oficial é abordado pela autora da mesma maneira ou se tem algo tendencioso.

Década de 30 na Paraíba à luz de “A mansão da Praça Bela Vista”

Tendo como pano de fundo o contexto histórico das transformações políticas na Paraíba, esse romance é narrado como um caso de amor configurado como impossível, já que existia uma incompatibilidade partidária que envolvia a família dos protagonistas, tendo em vista que a família de Silvinha eram simpatizantes e atuantes do Partido Republicano Paulista - PRP, que o povo costumava chamar de **perrepistas**, enquanto o seu amado Dr. Luís Gualberto era militante da Aliança Liberal, o que nos lembra algo como a intriga de Romeu e Julieta, tendo em vista as mesmas dificuldades, mas, com um diferencial, o final do casal foi bem sucedido a medida que os conflitos políticos e sociais de 30 se esgotaram.

Pode-se observar também as colocações de José Geraldo Vieira em relação a obra de Freire (1977):

[...] Conquanto... “A Mansão da Praça Bela Vista” sugira pelo título uma ambiência doméstica e urbana, na verdade ele pode e deve ser analisado sob dois enfoques convergentes. Um como biografia em close-up e política de João Pessoa. Outro como romance tenso dum período proto-revolucionário do Brasil.

Logo na primeira visualização da obra a ilustração da capa e o título nos sugere algo que nos leva a relacionar um ambiente doméstico, ou seja, como se fosse uma história ocorrida no interior dessa mansão, mas, no decorrer da leitura percebemos o que José Leal coloca como comentário do livro:

[...] “A Mansão da Praça Bela Vista” constitui, pois um romance documentário refletindo acontecimentos de pura realidade. Tem mérito de ter sido a Primeira obra de ficção a focalizar um ambiente doméstico, no qual se refletiram as lutas políticas, que empolgaram os conterrâneos. A decisão de romancear a tragédia de João Pessoa contribui para destacar esta obra de plano nacional. (FREIRE, 1977).

O que podemos perceber em relação as representações destes acontecimentos que foram articuladas pela autora é que na narrativa do romance ela faz várias quebras no texto deixando alguns personagens e acontecimentos dispersos e dá muita ênfase a trajetória de João Pessoa desde o caos em que se situava o estado antes do seu governo, passando pela suas indicações, detalhando suas obras e feitos administrativos no estado até o grande impacto de seu assassinato.

Vale ressaltar que a forma como descrevia a figura do governador era como se ele fosse uma salvação para aquele povo como podemos nessa colocação de Freire (1977), “ João Pessoa nada prometeu ao povo, entretanto na sua fisionomia, refletia a honestidade, a sinceridade de um homem diferente”; dá para analisar que essa narrativa tem uma certa tonalidade de esperança e confiança em o líder do estado. Ele sempre era citado com todas as qualidades possíveis, o que nos faz perceber um possível endeusamento em relação a sua figura, como se ele estivesse acima de qualquer suspeita e erro, além de se configurar como um homem de extrema coragem: “João Pessoa, nunca se intimidou diante das perseguições do Governo da República” (FREIRE, 1977, p.51).

História da Paraíba para uso didático: uma extensão de A Mansão da praça bela vista?

Da mesma forma se configura suas colocações no livro didático diante da necessidade de abordar a trajetória política do governador do estado entre os anos de 1928-1930, a autora retrata sua trajetória política elencando as nomeações, as obras e as organizações feitas por ele no estado.

Dando continuidade a essa reflexão podemos expor que tendo em vista que o Presidente João Pessoa Cavalcanti de Albuquerque natural desse estado se configurava como uma importante figura política que desde sua posse como governador da Paraíba teve que enfrentar várias polêmicas e problemas locais que o destacou até mesmo depois de sua trágica morte.

Sabemos que por aceitar ser vice presidente na Aliança liberal encabeçada por Getúlio Vargas, João Pessoa começou a configurar a antipatia de muitos até mesmo de quem anteriormente já tinha a ele se aliado. O não apoio a candidatura Prestes e a formação de uma chapa oposicionista acarretaram em algumas consequências e a

principal dessa aliança foi a perseguição política por parte do atual presidente da época Washington Luís:

A consequência da desobediência ao catete não se fez esperar. Chegou rápida. Ordenou Washington Luís, ao Banco do Brasil, a cobrança de uma dívida do Estado, em quarenta e oito horas. Vieram as demissões, remoções, perseguições, preterições de funcionários federais acusados somente de simpatia à Aliança Liberal. (FREIRE, 1977, p.40-41).

No que compete à questão nacional o discurso dos liberais teve a aceitação social de vários campos importantes como os estudantes, professores, operários e todos aqueles que se sentiam insatisfeitos com a configuração política da época. Foi com o ideário de reforma que os liberais conseguiram ter uma grande aceitação popular, inclusive se destacando a atuação das mulheres nesse contexto.

Mesmo com as reações adversas a figura do Presidente João Pessoa, sua popularidade era em altas proporções também. Para fundamentar a questão da popularidade e aceitação da figura política do líder João Pessoa para o povo Freire (1978, p. 155) coloca, “nenhum Governador fez tanto pela Paraíba como João Pessoa, por isto o seu povo o idolatrava”. Nota-se que nesse posicionamento a postura da autora nessa citação se configura como de certa simpatia e aprovação das ações do então governador da Paraíba, João Pessoa e essas manifestações se repetem ao longo do seu texto como a mesma coloca posteriormente:

O Presidente João Pessoa cumpria seu dever governando com honestidade e administrando os bens públicos, por isto desgostou a muitos, que lhe não mediam hostilidades. A sua morte – por assassinato, a 26 de julho, na Confeitaria Glória, em Recife – foi um testemunho desta hostilidade. (FREIRE, 1978, p. 156).

A autora em análise, visivelmente disserta sobre esse fato de tal maneira e com uma riqueza de detalhes que nos faz interpretar uma intenção que está além de apenas informar o leitor sobre um importante acontecimento histórico, nos levando a observar que em seus escritos nota-se uma postura de caráter mais pessoal como podemos analisar nessa passagem em que ela trata da morte de João Pessoa:

A morte do Presidente João Pessoa ecoou dolorosamente na Paraíba. O seu corpo foi trazido, com grande acompanhamento, ficando em Câmara ardente vários dias. A massa do povo também velou o seu presidente. Espetáculo desta natureza nunca a Paraíba assistiu. Toda a cidade cobriu-se de luto espontâneo. Centenas de missas foram rezadas em intenção de sua alma [...] Toda a Paraíba Chorava a morte de seu Presidente. (FREIRE, 1978, p. 156).

Passado o episódio da morte de João Pessoa, configurou-se no país a Revolução de 1930 que segundo as colocações de Freire aqui na Paraíba se tinha a esperança de que a Pátria estaria renovada no que se refere à honestidade e justiça e o povo se enchia de segurança em relação ao seu futuro. Em todo o país eram criadas muitas expectativas em relação aos rumos em que o Brasil pós Revolução poderia tomar, mas, o que podemos analisar a partir da ótica da educadora Carmem Coelho de Miranda Freire é que mesmo depois de morto os paraibanos não esqueceram o grande líder do estado, João Pessoa, tanto que o povo optou pela mudança do nome da capital com o intuito de homenageá-lo, assim como a reivindicação de elaborar a bandeira da Paraíba que depois da revolução teve finalmente seu projeto discutido e aprovado, assim como também o Hino oficial do estado.

Considerações finais

Para adentrarmos as considerações finais, faz-se pertinente buscarmos as três questões que orientaram este trabalho em andamento. Que representações destes acontecimentos foram articuladas pela autora? Diante os discursos preponderantes difundidas naquele contexto, existe um deslocamento diferenciado da autora frente a estes? Ou segue na mesma linha deste debate? Quais as possíveis implicações destas representações para a prática educativa da escritora, também educadora?

Para responder a primeira e segunda colocação, podemos referendar o trabalho da autora, historiadora e professora como uma representação próxima ao discurso liberal, discurso esse referendado por uma boa parte da população paraibana e em especial, depois da fatídica morte de João Pessoa. Vejamos o que a própria autora fala de seu romance:

A MANSÃO DA PRAÇA BELA VISTA” é uma reminiscência da época, uma ficção baseada em fatos históricos da Paraíba de 1928 a 1930, com vasto documentário aqui pesquisado onde se focaliza todo o esforço do Presidente JOÃO PESSOA em desenvolver, educar, aperfeiçoar as qualidades de seus conterrâneos, dentro da verdade, honestidade e coragem. Por isso, deu, com seu exemplo, sobejas oportunidades de se verificar como ele transformou a Paraíba em um ano e nove meses, elevando-a, de Estado pequeno, anônimo, a um exemplar da nação brasileira. (FREIRE, 1977)

Respondendo a terceira questão, apontamos que esta visão, na qual, colocava o Presidente João Pessoa como figura de alta importância e de inexorável contribuição para a população paraibana, é também perceptível em seu livro didático. Sendo esta mulher uma pessoa de carreira influente no campo da Historiografia e da prática educativa na Paraíba, como mostrado no início deste texto, esse ensaio nos leva a indícios de que suas análises, deste momento histórico, podem ter influenciado para a construção tanto para as pessoas da sociedade a qual teve acesso a sua produção literária, como para os que no espaço escolar com ela e através dela, em seu livro didático, solidificaram representações, muitas vezes homogêneas deste tempo.

REFERÊNCIAS:

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2005.

_____. *Abertura: A Nova história, seu passado e seu futuro*. In: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

FERREIRA, Antonio Celso. *Literatura: A Fonte Fecunda*. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2010.

FREIRE, Carmem Coelho de Miranda. *A Mansão da Praça Bela Vista*. João Pessoa: A União Cia Editora, 1977.

_____. *História da Paraíba para uso didático*. João Pessoa: A União Cia Editora, 1978.

MACHADO, Charliton José dos Santos Machado. *Mulher e Educação: histórias, práticas e representações*. João Pessoa: UFPB, 2006.

_____. Charliton José dos Santos. NUNES, Maria Lúcia da Silva. *Feminismo revisitado: práticas e representações políticas de educadoras paraibanas em 1930*. Revista de Educação PUC-Campinas. Campinas, n. 24, p. 39-51, junho 2008.

MELO, José Octavio de Arruda. *Exposições e debates do II SBCB: João Pessoa, a Paraíba e a Revolução de 30*. João Pessoa: Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Paraíba, 1979.

SAMARA, Eni de Mesquita e TUPY, Ismênia S. T. *História & Documento e Metodologia de Pesquisa*. São Paulo/Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SHARPE, Jim. A História vista de baixo. In: BURKE, Peter. (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.